

Zema Cia. de Petróleo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balanço patrimonial	12
Demonstração de resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Zema Cia. de Petróleo (“Companhia”) submete à apreciação, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

1. Considerações iniciais

A Companhia iniciou em 1997 com a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR). O investimento foi uma maneira de se diferenciar e atrair clientes com maior potencial de consumo, como indústrias, transportadoras e fazendas.

A fundação de uma distribuidora de combustíveis foi idealizada neste mesmo ano, e marcou uma nova fase para a Companhia que foi marcado principalmente pela determinação dos seus idealizadores.

A Zema Cia. de Petróleo tem hoje mais de 340 revendedores em MG, GO, PA, TO, SP, MT, RJ e DF. Possuímos bases de distribuição em Barra do Garça e Cuiabá no MT, Uberlândia, Uberaba e Betim em MG, em Paulínia, Guarulhos, São José dos Campos e Ribeirão Preto, no estado de SP, em Senador Canedo, GO, em Duque de Caxias, no RJ e em Brasília, no DF. Além dos revendedores, a Zema Petróleo atende clientes consumidores como frotistas, empresas de transportes e usinas.

Em 27 de dezembro de 2018 a Total Lubrificantes do Brasil Ltda. adquiriu 100% das ações da companhia. Em 1924 nasceu na França a primeira empresa do grupo Total, hoje o grupo é o maior da França e o 4º maior do mundo no ramo de óleo, gás e derivados. O grupo opera em mais de 130 países, com mais de 100 mil colaboradores, com 700 fábricas e mais de 16.000 postos de gasolina distribuídos por todos os continentes. As atividades no Brasil começaram em 1975, principalmente no ramo de lubrificantes para automotores, também é fornecedor de óleos para diversos ramos da indústria.

2. Conjuntura econômica

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) divulgou os dados de consumo do setor de combustíveis no mercado brasileiro em 2018 que ficou estável se comparada ao ano anterior, totalizando 136,060 bilhões de litros (aumento de 0,025% em relação aos 136,026 bilhões de litros registrados em 2017).

Na Companhia houve queda de 4,86% (839 milhões de litros) em relação ao mesmo período do ano anterior (881 milhões de litros).

3. Desempenho operacional

Mesmo num contexto macroeconômico complexo a companhia manteve sua lucratividade estável e em paralelo alongou a duração média de sua dívida através de uma captação de debêntures, resultando uma alancagem dentro dos patamares de 1,44x dívida líquida/EBITDA.

4. Desempenho financeiro

Receita operacional líquida

A receita líquida atingiu a marca de R\$ 2.676.765 em 2018, ante R\$ 2.491.655 em 2017 - um crescimento de 7,43%.

A representatividade da receita líquida de vendas é alocada em maior proporção no estado de Minas Gerais, onde pode-se relacionar ao número de contratos fidelizados na região.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo amortização e depreciação, totalizaram R\$ 2.638.416 no ano de 2018, um crescimento de 8% frente ao registrado em 2017, quando somavam R\$ 2.443.075. Esse crescimento é em decorrência do aumento da receita líquida no período e também do aumento do preço médio dos combustíveis no ano.

No caso da depreciação a Companhia reconhece no resultado baseando-se no método linear conforme vida útil dos seus ativos. Em relação a amortização o reconhecimento é de acordo com prazo de vigência de contrato de fornecimento de combustíveis, podendo este prazo variar entre 24 a 120 meses.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Zema Cia. de Petróleo totalizou uma despesa financeira de R\$ 3.319, 43,32% menor que a registrada em 2017.

Inadimplência

O índice de inadimplência, que é medido através do valor do contas a receber em atraso maior que 60 dias comparado com a venda bruta acumulada no mesmo período ficou em 0,07% em 2018. A Companhia entende que este índice é razoável para o negócio, portanto, implica no cumprimento da meta estratégica da Companhia.

Política de Reinvestimentos de Lucros e distribuição de dividendos

Nossa política de reinvestimento de lucros na própria Companhia proporciona uma menor alavancagem gerando maior independência financeira e flexibilidade e aumenta a possibilidade de crescimento da Companhia. Ao reinvestir os lucros para atingir as metas, estamos crescendo com investimentos próprios e atingindo novos públicos.

O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Companhias por Ações, para pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas. Em 06 de dezembro de 2018, houve distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 4.923 referente ao exercício de 2018, do quais R\$ 4.295 foram integralizados no capital.

EBITDA - Lucro antes das despesas e receitas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização (Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization)

A Companhia encerrou o ano de 2018 com EBITDA de R\$ 38.349 mil, um decréscimo de 12,27% se comparado ao do ano anterior, com margem EBITDA em 1,43% da receita líquida. A queda do EBITDA é devido a reclassificação do intangível para Bonificações antecipadas concedidas a clientes, devido ao CPC 47 Receita de contrato com cliente que considerou a amortização desses contratos como deduções de venda.

Debêntures

A Zema Cia de Petróleo assinou um contrato de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries sendo a primeira com o Banco ABC e a segunda série com Banco BBM, ambas no valor de R\$ 25.000, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. O contrato de Debêntures apresenta cláusulas de vencimento antecipado que estão atrelados aos índices financeiros e não financeiros mantendo a relação dívida líquida/EBITDA inferior a 2,5 vezes, com vencimento para 22 de junho de 2022 com juros remuneratórios de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, “extra-Companhia” acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 3,00% ao ano.

5. Responsabilidade Socioambiental

Praticamos uma política de responsabilidade social consciente, promovendo o ambiente de trabalho, as relações com nossos colaboradores e fornecedores, bem como as comunidades em que atuamos. A Zema Cia. de Petróleo investe também no futuro do planeta, são diversas ações socioambientais desenvolvidas para o bem estar social, a valorização do ser humano e a preservação do meio ambiente.

6. Perspectivas para 2019

Desde o início da desaceleração em 2015, a mediana das expectativas de mercado para o PIB, ao início de cada ano, tem mostrado números continuamente otimistas. As frustrações foram a regra, contudo, a expectativa é que em 2019 com as aprovações das reformas estruturais econômicas no congresso, o país retome seu crescimento sustentável.

No mercado de combustíveis restrito aos produtos que a companhia comercializa houve uma leve melhora, 0,6% segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), seguindo também a alta do PIB.

Em relação ao Diesel, o governo cessou em 31 de dezembro de 2018 o subsídio à Petrobras dado em maio devido à greve dos caminhoneiros, portanto a precificação deste produto volta a oscilar dependendo das variações no mercado internacional e outros fatores que a Petrobras utiliza.

Quanto ao ciclo otto*, etanol e gasolina, o preço do barril no mercado externo deve ditar a equivalência de paridade entre os produtos. Atualmente, quando o preço do etanol está até 70% inferior ao preço da gasolina o consumidor tem a opção economicamente viável de abastecer etanol em detrimento à gasolina.

A partir de 2019 a companhia irá fazer o *rebranding* de todos os postos fidelizados e adequação no que tange segurança, saúde e meio ambiente aos valores do Grupo Total.

Nesse contexto a Total Brasil focará em adaptar o processo atual da companhia, alinhando com o seu modelo global. Perpassando pela substituição do seu ERP, política de segurança, foco em clientes maiores e em grandes centros, a fim de buscar maior representatividade no país.

* O ciclo de Otto é um ciclo termodinâmico idealizado que descreve o funcionamento de um típico motor de pistão de ignição com faísca. É o ciclo termodinâmico mais comum em motores de automóveis.

7. Auditores independentes

A Zema Cia de Petróleo informa que utilizou os serviços da auditoria independente da KPMG Auditores Independentes para auditoria de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

8. Agradecimentos

A Administração da Zema Cia. de Petróleo agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação da Companhia, pela confiança depositada nessa Administração e na Companhia no ano de 2018. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Administração

KPMG Auditores Independentes
Av. dos Municípios, 146, SI-03
1º andar - Tabajaras
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil
Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil
Telefone +55 (34) 3303-5400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Zema Cia. de Petróleo

Araxá - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zema Cia. de Petróleo ("Zema Petróleo" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zema Cia. de Petróleo em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Realização dos recebíveis de clientes

Consulte as notas explicativas 5.k, 6 e 8 às demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 apresenta na rubrica de contas a receber de clientes o montante de R\$ 78.470 mil. A determinação dos níveis adequados de provisão para perdas desses créditos exige que a Companhia exerça julgamentos significativos relacionados às incertezas no ambiente macroeconômico, níveis de crédito disponíveis e histórico de inadimplência para as operações originadas pela venda de produtos. Em função do alto grau de julgamento necessário para determinar os montantes de provisão para perdas em créditos, o elevado volume de transações de venda de produtos, juntamente com as mudanças ocorridas com a adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e, que qualquer mudança nos julgamentos subjacentes poderá impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como o mais significativo para a auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria consideraram dentre outros: – A avaliação do desenho e da implementação dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão da análise de realização das contas a receber disponibilizada pela Companhia. – A avaliação dos critérios, premissas e dos dados utilizados pela Companhia para determinar os inadimplentes, atentando para as políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação e critérios de provisão para perdas e recálculo de 100% da base de contas a receber para avaliação da razoabilidade dos registros contábeis. Adicionalmente, realizamos uma avaliação das variáveis macroeconômicas na estipulação dos critérios e também na visão das perdas esperadas para os 12 meses subsequentes a data do contrato, considerando nessa avaliação o “rating” alocado para cada cliente definidos por critérios de pontuação pré-estipulados pela Companhia para a determinação do valor da provisão registrado no exercício. – A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia, principalmente as relativas aos critérios para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa. No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais relativos a provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais foram registrados pela Administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos resumidos acima, consideramos aceitáveis o saldo das contas a receber de clientes, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

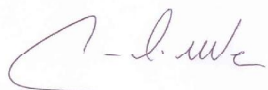
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Uberlândia, 25 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Jean Paraskevopoulos Neto
Contador CRC 1SP193052/O-0

Zema Cia. de Petróleo

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	24.226	9.917	Fornecedores	17	15.863	32.772
Contas a receber	9	71.080	81.058	Empréstimos e financiamentos	18	38.996	54.307
Estoques	10	24.484	46.032	Salários e contribuições sociais		2.028	2.248
Tributos a recuperar		4.218	5.422	Impostos a recolher		7.841	7.046
Adiantamento Fornecedores	11	32.369	23.794	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.435	-
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	12	5.808	-	Parcelamento de tributos	19	451	574
Créditos diversos		2.707	1.257	Outras obrigações		2.635	2.981
Total do ativo circulante		164.892	167.480	Dividendos	21.d	628	3.974
				Adiantamento de clientes		170	1.223
Não circulante				Total do passivo circulante		70.047	105.125
Contas a receber	9	7.390	4.912				
Depósitos judiciais	20.a	5.178	5.021	Não circulante			
Tributos a recuperar		458	469	Empréstimos e financiamentos	18	40.544	22.298
Mútuos a receber	13	1.774	14.636	Parcelamento de tributos	19	4.861	5.073
Impostos diferidos	14	1.115	461	Mútuos a pagar	13	-	7.036
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	12	11.258	-	Outras obrigações		150	128
Créditos diversos		222	222	Total do passivo não circulante		45.555	34.535
Imobilizado	15	51.053	53.686				
Intangível	16	40	16.135	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		78.488	95.542	Capital social	21.a	120.147	100.155
				Reserva de reavaliação	21.b	281	316
				Reserva legal	21.c	3.639	3.507
				Reserva de lucros	21.d	3.711	19.384
Total do ativo		243.380	263.022	Total do patrimônio líquido		127.778	123.362
				Total do passivo e do patrimônio líquido		243.380	263.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zema Cia. de Petróleo

Demonstração de resultados

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2018	2017
Receita operacional	22	2.677.148	2.491.655
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	22	(383)	-
Receita operacional líquida		2.676.765	2.491.655
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados			
Custo dos produtos vendidos	23	(2.589.471)	(2.392.852)
Custo dos serviços prestados	23	(16.309)	-
Lucro bruto		70.985	98.803
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	23	(6.087)	(27.797)
Despesas gerais e administrativas	23	(24.923)	(29.810)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	23	(5.222)	(1.395)
		(36.232)	(59.002)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		34.753	39.801
Resultado financeiro líquido	24	(3.319)	(5.856)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		31.434	33.945
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(11.360)	(10.610)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	654	(632)
Lucro líquido do exercício		20.728	22.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zema Cia. de Petróleo

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	20.728	22.703
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>20.728</u>	<u>22.703</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zema Cia. de Petróleo

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Notas	Capital Social	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017		11.858	354	2.372	91.466	-	106.050
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.703	22.703
Reserva legal	21.c	-	-	1.135	-	(1.135)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21.d.iii	-	-	-	-	(3.974)	(3.974)
Dividendos distribuídos	21.d.iii	-	-	-	-	(1.417)	(1.417)
Lucros reinvestidos (aumento de capital)	21.d.i	88.297	-	-	(88.297)	-	-
Retenção de Lucros	21.d.iii	-	-	-	16.215	(16.215)	-
Realização da reserva de reavaliação	21.b	-	(38)	-	-	38	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		100.155	316	3.507	19.384	-	123.362
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.728	20.728
Reserva legal	21.c	904	-	132	-	(1.036)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21.d.iii	4.295	-	-	-	(4.923)	(628)
Dividendos distribuídos	21.d.iii	-	-	-	(15.684)	-	(15.684)
Lucros reinvestidos (aumento de capital)	21.d.i	14.793	-	-	(14.793)	-	-
Retenção de Lucros	21.d.iii	-	-	-	14.804	(14.804)	-
Realização da reserva de reavaliação	21.b	-	(35)	-	-	35	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		120.147	281	3.639	3.711	-	127.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zema Cia. de Petróleo

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	20.728	22.703
Ajustes para:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.605	1.395
Encargos financeiros	7.497	10.386
Depreciação e amortização	3.596	8.779
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	6.060	-
Parcelamentos de tributos	245	-
Provisão para contingências	-	(2.008)
Baixas do ativo imobilizado	3.015	16
Constituição de contribuição social e imposto de renda diferidos	(654)	632
Imposto de renda e contribuição social	11.360	10.610
	57.452	52.513
Variações em:		
Contas a receber	1.895	(12.957)
Estoques	21.548	(18.477)
Impostos a recuperar circulantes e não circulantes	1.215	(697)
Depósitos Judiciais	(157)	(240)
Mútuos	5.826	10.339
Adiantamento a fornecedores	(8.575)	(3.359)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(7.086)	-
Créditos diversos	(1.450)	(880)
Fornecedores	(16.909)	4.612
Salários, provisões e encargos	(220)	319
Obrigações fiscais	795	2.137
Parcelamento de Tributos	(580)	(613)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(5.351)	733
Caixa gerado pelas atividades operacionais	48.403	33.430
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.974)	(10.701)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	(9.925)	(10.940)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	26.504	11.789
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(3.923)	(11.490)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(3.923)	(11.490)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de novos empréstimos	77.000	53.137
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(69.588)	(48.442)
Dividendos pagos	(15.684)	(1.417)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(8.272)	3.278
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	14.309	3.577
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9.917	6.340
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	24.226	9.917

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Zema Cia. de Petróleo (“Zema Petróleo” ou “Companhia”) é uma Companhia anônima, de capital fechado, com prazo indeterminado de duração e tem como objeto social o comércio atacadista de álcool carburante, gasolina e demais derivados do petróleo, a importação e a exportação de álcool carburante, gasolina e demais derivados do petróleo e o armazenamento, a carga, a descarga e a guarda de combustíveis e serviços de consultoria em gestão empresarial, tendo como mercado de atuação os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Tocantins e Pará.

A Companhia com sede em Araxá na avenida José Ananias de Aguiar, 5005, no estado de Minas Gerais, mantém doze filiais, sendo estas localizadas em Senador Canedo (Goiás), Cuiabá e Barra do Garças (Mato Grosso), Uberlândia, Uberaba e Betim (Minas Gerais), Paulínia, São José dos Campos, Guarulhos e Ribeirão Preto (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e no Distrito Federal.

Em 27 de dezembro de 2018, a empresa Total Lubrificantes do Brasil Ltda., subsidiária brasileira da Total Marketing Services, empresa Francesa de capital aberto, adquiriu 100% das ações da Companhia.

2 Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), inclusive instrução CVM nº 476 que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- títulos de dívida e patrimoniais a VJORA (2017: ativos financeiros disponíveis para venda) são mensurados pelo valor justo;

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 25 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 9 - mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo recuperabilidade do contas a receber;

Nota Explicativa nº 14 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas;

Nota Explicativa nº 20 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

a. CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

Não houve impacto da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018. O impacto ocorreu por conta de reclassificações realizadas dentro do próprio resultado do exercício, referente a despesas de vendas sobre fretes reclassificadas para o grupo de custo dos serviços prestados e da reclassificação da amortização das bonificações antecipadas concedidas a clientes do grupo de despesas gerais e administrativas para o grupo de deduções da receita.

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração de resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

Impacto no balanço patrimonial

	Nota	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47
Ativo				
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	12	17.066	(17.066)	-
Intangível	16	40	17.066	17.106
Demais ativos		226.274	-	226.274
Total de ativo		243.380	-	243.380
Passivo e patrimônio líquido				
Total do passivo circulante		70.047	-	70.047
Total do passivo não circulante		45.555	-	45.555
Total do passivo		115.602	-	115.602
Patrimônio líquido				
Capital social		120.147	-	120.147
Reservas		7.631	-	7.631
Total do patrimônio líquido		127.778	-	127.778
Total do passivo e do patrimônio líquido		243.380	-	243.380

Impacto na demonstração do resultado

	Nota	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47
Receita de mercadorias	22	2.784.328	16.309	2.800.637
Receita de serviços	22	16.336	(16.309)	27
Impostos sobre vendas	22	(117.456)	-	(117.456)
Deduções sobre vendas	22	(6.060)	6.060	-
Receita operacional	22	2.677.148	6.060	2.683.208
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	22	(383)	383	-
Receita operacional líquida	22	2.676.765	6.443	2.683.208
Custos das mercadorias vendidas	23	(2.589.471)	-	(2.589.471)
Custo dos serviços prestados	23	(16.309)	16.309	-
Despesas com vendas	23	(6.087)	(22.369)	(28.456)
Despesas gerais e administrativas	23	(24.923)	-	(24.923)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	23	(5.222)	(383)	(5.605)
Resultado financeiro líquido	24	(3.319)	-	(3.319)
Imposto de renda e contribuição social	14	(10.706)	-	(10.706)
Lucro líquido do exercício		20.728	-	20.728

- **Contrato de serviços de frete:** De acordo com o CPC 30, a receita de serviços de frete era reconhecida quando as mercadorias eram entregues nas instalações do cliente, o que era considerado como o momento em que o cliente aceitou o produto e os riscos e benefícios relacionados ao bem eram transferidos. De acordo com o CPC 47, a receita de serviços de frete e os custos associados são reconhecidos no mesmo momento em que as mercadorias sejam entregues nas instalações dos clientes, segregando a receita de serviços de frete no resultado, em 2018 esses valores somavam R\$ 16.309 de receita de serviços e custo de serviços prestados no resultado da Companhia. Em 2017, os impactos, se reconhecidos, na receita líquida de vendas de mercadorias e serviços teriam um aumento de R\$ 16.681 na receita bruta de serviços e uma redução no mesmo valor das mercadorias, não havendo efeito sobre o resultado.

- **Bonificações antecipadas concedidas a clientes:** A Companhia disponibiliza aos clientes bandeirados, um montante para investir nos postos de combustíveis onde contratos de exclusividade são firmados com clientes, em que o fornecimento de produtos está assegurado por períodos que variam entre 24 e 120 meses. Anteriormente a aplicação do CPC 47, os valores totais dos contratos eram reconhecidos como intangível (nota explicativa 16) e foram transferidos para conta específica do ativo (nota explicativa 12) e os valores da amortização dos contratos eram reconhecidos como despesas gerais e administrativas, a nova norma deixa claro que os valores de incentivos devem ser reduzidos do total da receita auferida com os mesmos, dessa forma os valores foram reclassificados para o grupo de deduções da receita (nota explicativa 22).

O CPC 47 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia com relação a outras fontes de receita.

Para obter informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receita, consulte a nota explicativa 22.

b. CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48 que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado, a Companhia não adotou as alterações consequentes ao CPC 26 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, devido a imaterialidade dos montantes.

Adicionalmente, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 48 no saldo de abertura de reservas e lucros acumulados:

	Impacto da adoção do CPC 48 no saldo de abertura
Lucros acumulados	
Reconhecimento de perda de crédito esperada conforme CPC 48	(2.304)
Imposto de renda e contribuição social relacionados	784
Impacto em 1º de janeiro de 2018	<u>(1.520)</u>

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o pronunciamento, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

Para uma explicação de como a Companhia classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48, veja nota explicativa 25.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

	Nota	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Contas a receber e outros recebíveis (i)	9	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	85.970	85.970
Adiantamento a fornecedores	11	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	23.794	23.794
Mútuos a receber	13	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	14.636	14.636
Caixa e equivalentes de caixa	8	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	9.917	9.917
Depósitos judiciais	20.a	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	5.021	5.021
Créditos diversos (i)		Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.479	1.479
Total de ativos financeiros				140.817	140.817
Empréstimos e Financiamentos	18	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	76.605	76.605
Fornecedores	17	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	32.772	32.772
Outras obrigações		Custo amortizado	Outros passivos financeiros	3.109	3.109
Adiantamentos de clientes		Custo amortizado	Outros passivos financeiros	1.223	1.223
Total de passivos financeiros				113.709	113.709

- (i) O contas a receber de clientes R\$ 85.970 (nota explicativa 9) e créditos diversos R\$ 1.479 que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 agora são classificados ao custo amortizado. Uma redução de R\$ 2.304 na provisão para *impairment* destes recebíveis foi reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 reduzam e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma reversão para redução ao valor recuperável no montante de R\$2.304.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo.

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável).

As diferenças nos valores contábeis dos ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48 foram reconhecidas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requisitos do CPC 48, mas sim do CPC 38.

As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial:

- A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido, e
- A designação de certos investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação ao VJORA.

Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48, então, a Companhia pressupôs que o risco de crédito do ativo não havia aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

6 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de forma consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 22. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na nota explicativa 5.

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas e as despesas financeiras da Companhia compreendem receitas e despesas de juros que são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação a prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas a valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado de compra.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão descritas na nota explicativa nº 15 - Imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível estão descritas na nota explicativa nº 16 - Intangível.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia foram classificados de acordo com a finalidade para a qual foram contratados, sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e

Empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando o conjunto de variáveis de risco do sacado apresentar consistência comportamental.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias para clientes sem garantias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração e seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.

l. Bonificações antecipadas concedidas a clientes

O uso da marca a partir de 2018 foi reclassificado do intangível da Companhia para outros ativos em atendimento ao CPC 47 Receita de contrato com cliente. A Companhia disponibiliza aos clientes bandeirados, um montante para investir nos postos de combustíveis onde contratos de exclusividade são firmados com clientes em que o fornecimento de produtos está assegurado por períodos que variam entre 24 e 120 meses.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia são arrendatárias

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais dos condomínios utilizados para armazenamento dos seus estoques. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICPC 03. A administração da Companhia já avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 06(R2) terão em suas demonstrações financeiras, baseando em avaliações realizadas até a data da emissão destas demonstrações financeiras e está resumida a seguir:

(a) Pagamentos mínimos residuais futuros de arrendamentos mercantis operacionais

Até um ano	2.760
Entre um a cinco anos	6.755
Mais de cinco anos	1.115
	10.630

(b) Valor presente dos pagamentos residuais futuros de arrendamentos mercantis operacionais (*)

Até um ano	2.606
Entre um a cinco anos	5.581
Mais de cinco anos	358
	8.545

(*) Foi utilizado a taxa média ponderada de 0,89% ao ano, utilizado internamente pela Companhia.

Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2019 podem ser diferentes, pois a Administração da Companhia não finalizou os testes e a avaliação das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).

8 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	2018	2017
Caixa e bancos	16.513	7.408
Aplicações financeiras	7.713	2.509
	<u>24.226</u>	<u>9.917</u>

As aplicações financeiras são remuneradas conforme segue:

	Valor	Remuneração
Banco ABC do Brasil	7.514	98% do CDI
Banco Bradesco	199	70% do CDI
	<u>7.713</u>	

9 Contas a receber

	2018	2017
Terceiros	92.368	94.606
Partes relacionadas (nota nº 13)	2.315	1.972
	<u>94.683</u>	<u>96.578</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.213)	(10.608)
	<u>78.470</u>	<u>85.970</u>
Circulante	71.080	81.058
Não circulante	7.390	4.912

- a. A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	2018	2017
A vencer	55.442	57.644
Vencidos até 30 dias	21.906	23.624
Vencidos de 31 a 60 dias	465	1.417
Vencidos de 61 a 90 dias	320	162
Vencidos há mais de 90 dias	16.550	13.731
	94.683	96.578
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.213)	(10.608)
	78.470	85.970

- b. Perdas estimadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber’, está divulgada na nota explicativa 22.

Mudanças na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes

As mudanças na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e durante o ano estão apresentadas na tabela a seguir. Os valores comparativos para 2017 representam a conta de provisão para perda por redução ao valor recuperável nos termos do CPC 38.

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro conforme CPC 38	(10.608)	(9.213)
Ajustes na aplicação inicial do CPC 48	(2.304)	-
Saldo em 1º de janeiro conforme CPC 48	(12.912)	(9.213)
Valores baixados	2.382	2.572
Reavaliação líquida de provisão de perda	(5.683)	(3.967)
Saldo em 31 de dezembro	(16.213)	(10.608)

Exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por risco de crédito:

	2018			2017
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Provisão de perda estimada
Altíssimo	62,08%	25.276	(15.691)	(8.993)
Alto	3,44%	5.563	(191)	(840)
Médio	2,62%	11.419	(299)	(760)
Baixo	0,06%	52.425	(32)	(15)
		94.683	(16.213)	(10.608)

Exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por faixa de vencimento:

	2018			2017		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada
A vencer	1,11%	55.442	(617)	0,03%	57.644	(18)
Vencidos até 30 dias	0,53%	21.906	(116)	0,09%	23.624	(21)
Vencidos de 31 a 60 dias	11,22%	465	(52)	0,12%	1.417	(2)
Vencidos de 61 a 90 dias	17,41%	320	(56)	1,72%	162	(3)
Vencidos há mais de 90 dias (*)	92,88%	16.550	(15.372)	76,94%	13.731	(10.564)
		94.683	(16.213)		96.578	(10.608)

(*) A Companhia estima a provisão para perdas com base no saldo total da carteira (vencida e a vencer, independente do aging) por faixa ou cluster de risco dos clientes que geraram esta carteira. Para cada faixa de risco adota-se uma taxa de propensão a perda com base no modelo de crédito adotado pela Companhia. O Contas a receber da Companhia tem a característica de elevada diversificação de devedores, baixa concentração e prazo médio de recebimento em torno de 10 dias. Além disso, é considerada a taxa de recuperação de créditos vencidos para cada faixa de risco. A Companhia interpreta que possui um índice de recuperabilidade significativo e para aqueles que não são recuperáveis a Companhia contabiliza uma provisão.

Para mais informações sobre a política de risco de crédito veja nota explicativa nº 25.

10 Estoques

Os estoques de mercadorias apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Diesel	9.435	21.916
Gasolina comum	4.686	13.108
Etanol anidro	2.762	3.370
Etanol hidratado	4.599	4.896
Biodiesel	2.401	2.683
Outros	601	59
	<u>24.484</u>	<u>46.032</u>

Parte do estoque é armazenado em estabelecimentos de terceiros e está sob a responsabilidade destes. Em 31 de dezembro de 2018, esse montante equivale a R\$ 16.559 (R\$ 16.481 em 2017). Conforme acordado entre as partes e especificado em contrato, caso haja desvio o responsável pela armazenagem irá ressarcir a Companhia.

Em função de variação da temperatura ambiental (calor ou frio), os estoques de combustíveis podem sofrer perdas ou ganhos, os quais são apurados mensalmente e registrados no resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas.

Do valor total do estoque, 1.086 litros está garantindo a operação de empréstimos bancário realizada com o Banco Paulista. Adicionalmente, a Companhia emitiu uma garantia de 7.520 litros para a operação de capital de giro com o Banco do Brasil.

11 Adiantamento a fornecedores

	2018	2017
Adiantamentos à Petrobrás (a)	15.288	4.243
Faturamento antecipado (b)	16.056	15.617
Outros	1.025	3.934
	<u>32.369</u>	<u>23.794</u>

- (a) Refere-se a depósitos antecipados junto à Petrobrás para fornecimento de combustíveis comprado com pagamento antecipado. Tal procedimento é exigido pelo fornecedor nesse tipo de negociação.
- (b) O faturamento antecipado é uma modalidade utilizada para compra de álcool. Em função da estrutura de mercado, a Companhia antecipa o numerário para o fornecedor, mediante uma nota fiscal de remessa para entrega futura.

12 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

Em 2009, a Companhia passou a trabalhar com a disponibilização de recursos aos clientes para o uso da marca Zema Cia. Petróleo. Dessa forma, os clientes assinam um contrato de exclusividade na compra dos produtos e combustíveis Zema e a Companhia disponibiliza aos clientes bandeirados, quando for o caso, um montante para investir nos postos de combustíveis.

Caso não seja respeitada a exclusividade, o cliente pode sofrer sanções. Esses recursos são amortizados pelo prazo do contrato que pode variar de 24 a 120 meses e registrados como dedução sobre venda.

	01/01/2018	Adições	31/12/2018
Bonificações antecipadas concedidas a clientes			
Bandeiramento (*)	<u>41.767</u>	<u>7.086</u>	<u>48.853</u>
	<u>41.767</u>	<u>7.086</u>	<u>48.853</u>
Dedução sobre venda			
(-) Bandeiramento (*)	<u>(25.727)</u>	<u>(6.060)</u>	<u>(31.787)</u>
	<u>(25.727)</u>	<u>(6.060)</u>	<u>(31.787)</u>
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	<u>16.040</u>	<u>1.026</u>	<u>17.066</u>
		Circulante	5.808
		Não circulante	11.258

(*) Em função da implementação do CPC 47, os valores foram reclassificados do grupo de intangível para bonificações antecipadas concedidas a clientes, em 2017 estavam apresentados como Intangível nota explicativa 16. Consequentemente os valores que eram reconhecidos como amortizações no resultado dos exercícios foram reclassificados para dedução da receita, no montante total de R\$ 6.060 mil.

13 Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

Os saldos e as operações com as empresas ligadas, incluídos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão assim resumidos:

		2018	2017
Ativo			
Contas a receber			
Zema Diesel Comércio e Transportes Ltda.	Nota nº 9	2.315	1.070
Emp. Participações Domingos Zema Ltda.	Nota nº 9	-	902
		2.315	1.972
Não circulante			
Mútuos			
Eletrozema S.A.		-	14.075
Emp. Participações Domingos Zema Ltda.		-	561
Zema Importação Ltda.		1.774	-
		1.774	14.636
Passivo			
Fornecedores			
Eletrozema S.A.	Nota nº 17	-	13
Auto Zema Ltda.	Nota nº 17	-	2
		-	15
Não circulante			
Mútuos a pagar			
Eletrozema		-	7.036
		-	7.036

	2018	2017
Resultado do exercício		
Receita de vendas		
Zema Diesel Comércio e Transportes Ltda.	119.433	139.571
Emp. Participações Domingos Zema Ltda.	-	14.358
	<u>119.433</u>	<u>153.929</u>
Custo das mercadorias vendidas		
Zema Diesel Comércio e Transportes Ltda.	(115.261)	127.652
Emp. Participações Domingos Zema Ltda.	-	13.132
	<u>(115.261)</u>	<u>140.784</u>
Receita financeira		
Eletrozema S.A.	-	2.756
Emp. Participações Domingos Zema Ltda.	-	74
Zema Importação Ltda.	307	-
	<u>307</u>	<u>2.830</u>
Despesa financeira		
Eletrozema S.A.	-	10
	<u>-</u>	<u>10</u>
Despesas gerais e administrativas		
Auto Zema Ltda.	-	36
Eletrozema S.A.	-	189
Emp. Participações Domingos Zema Ltda.	-	61
Zema Auto Locadora Ltda.	-	7
Zema Lojas de Conveniência Ltda.	-	11
	<u>-</u>	<u>304</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha instrumento contratual de mútuo com empresas ligadas. Os valores envolvidos nessa transação estão sujeitos à incidência de encargos financeiros de 0,7% a.m. O contrato de mútuo possui prazo de pagamento definido, porém não há garantias. Mesmo os contratos tendo prazo contratual vencendo no curto prazo, a Companhia historicamente tem prorrogado os contratos e não há expectativa de liquidação a curto prazo, dando caráter de longo prazo às transações de mútuos. O prazo é como segue:

Ano do vencimento	2018	2017
2018	-	12.792
2019	1.774	-
2020	-	-
2021	-	-
2022	-	1.844
	1.774	14.636

Estas operações foram realizadas em condições definidas entre as empresas da Companhia, sendo que os mútuos são contratados de acordo com a taxa média dos empréstimos. No caso das compras e vendas, essas são realizadas de acordo com preço praticado no mercado e devem ser liquidadas em média de 15 dias da data da transação.

b. Remuneração da Administração

A remuneração da Administração responsável pelo planejamento, pela direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os diretores estatutários, foi de R\$662 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 689 em 2017).

c. Controlador final

A controladora final da Companhia é a Total Lubrificantes do Brasil Ltda. Em 2017 a controladora final da Companhia era a Ricardo Zema Participações Ltda.

14 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	31.434	33.945
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquota fiscal	(10.688)	(11.541)
Efeitos no resultado por adições e exclusões:		
Despesas não dedutíveis e receitas não tributáveis	(18)	804
Ajuste de exercício anteriores no imposto de renda e contribuição social	-	(505)
Outros		
Imposto de renda e contribuição social apurados	(10.706)	(11.242)
Alíquota efetiva	34%	33%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.360)	(10.610)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	654	(632)

Imposto de renda e contribuição social diferido

A movimentação do IRPJ e da CSLL diferidos ativos é como segue:

	01/01/2017	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	31/12/2017	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	31/12/2018
Diferenças temporárias:					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	682	(682)	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	193	50	243	872	1.115
Provisão Refis	218	-	218	(218)	-
	1.093	(632)	461	654	1.115

Em conformidade com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos, provenientes basicamente de diferenças temporárias. Os débitos e créditos tributários foram constituídos tendo em vista que a Companhia apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios, a medida da realização das diferenças temporárias.

15 Imobilizado

	Vida útil (anos)	2018			2017		
		Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido
Terrenos	-	4.835	-	4.835	7.219	-	7.219
Veículos	20	703	(701)	2	2.434	(1.677)	757
Máquinas, equipamentos e instalações	10	9.856	(7.030)	2.826	9.747	(5.855)	3.892
Edifícios e benfeitorias	25	40.909	(6.133)	34.776	29.546	(4.747)	24.799
Outros	25	5.321	(3.237)	2.084	4.409	(2.607)	1.802
		61.624	(17.101)	44.523	53.355	(14.886)	38.469
Obras em andamento		6.530	-	6.530	15.217	-	15.217
		68.154	(17.101)	51.053	68.572	(14.886)	53.686

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	31/12/2017	Adições	Baixa	Transferência	31/12/2018
Custo					
Terrenos	7.219	-	(2.384)	-	4.835
Veículos	2.434	42	(1.773)	-	703
Máquinas, equipamentos e instalações	9.747	425	(156)	(160)	9.856
Edifícios e benfeitorias	29.546	-	-	11.363	40.909
Outros	4.409	940	(28)	-	5.321
	53.355	1.407	(4.341)	11.203	61.624
Obras em andamento	15.217	2.516	-	(11.203)	6.530
Total custo	68.572	3.923	(4.341)	-	68.154
Depreciação					
Veículos	(1.677)	(246)	1.222	-	(701)
Máquinas, equipamentos e instalações	(5.855)	(1.254)	79	-	(7.030)
Edifícios e benfeitorias	(4.747)	(1.386)	-	-	(6.133)
Outros	(2.607)	(655)	25	-	(3.237)
Total depreciação acumulada	(14.886)	(3.541)	1.326	-	(17.101)
Imobilizado líquido	53.686	382	(3.015)	-	51.053

	01/01/2017	Adições	Baixa	Transferência	31/12/2017
Custo					
Terrenos	6.756	463	-	-	7.219
Veículos	2.150	593	(309)	-	2.434
Máquinas, equipamentos e instalações	9.316	469	(38)	-	9.747
Edifícios e benfeitorias	29.476	70	-	-	29.546
Outros	3.706	724	(21)	-	4.409
	<u>51.404</u>	<u>2.319</u>	<u>(368)</u>	<u>-</u>	<u>53.355</u>
Obras em andamento	<u>11.394</u>	<u>3.824</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>15.217</u>
Total custo	<u>62.798</u>	<u>6.143</u>	<u>(369)</u>	<u>-</u>	<u>68.572</u>
Depreciação					
Veículos	(1.639)	(339)	301	-	(1.677)
Máquinas, equipamentos e instalações	(5.011)	(858)	14	-	(5.855)
Edifícios e benfeitorias	(3.547)	(1.200)	-	-	(4.747)
Outros	(2.011)	(610)	14	-	(2.607)
Total depreciação acumulada	<u>(12.208)</u>	<u>(3.007)</u>	<u>329</u>	<u>-</u>	<u>(14.886)</u>
Imobilizado líquido	<u>50.590</u>	<u>3.136</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>53.686</u>

16 Intangível

A movimentação do ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Vida útil	31/12/2017	Adições	Transferências	31/12/2018
Custo					
Softwares	5	820	-	-	820
Uso da marca	(i)	<u>41.767</u>	<u>-</u>	<u>(41.767)</u>	<u>-</u>
Total custo		<u>42.587</u>	<u>-</u>	<u>(41.767)</u>	<u>820</u>
Amortização					
Softwares	5	(725)	(55)	-	(780)
Uso da marca	(i)	<u>(25.727)</u>	<u>-</u>	<u>25.727</u>	<u>-</u>
Total amortização acumulada		<u>(26.452)</u>	<u>(55)</u>	<u>25.727</u>	<u>(780)</u>
Intangível líquido		<u>16.135</u>	<u>(55)</u>	<u>(16.040)</u>	<u>40</u>

	Vida útil	01/01/2017	Adições	31/12/2017
Custo				
<i>Softwares</i>	5	820	-	820
Uso da marca	(i)	<u>36.400</u>	<u>5.367</u>	<u>41.767</u>
Total custo		<u>37.220</u>	<u>5.367</u>	<u>42.587</u>
Amortização				
<i>Softwares</i>	5	(650)	(75)	(725)
Uso da marca	(i)	<u>(20.033)</u>	<u>(5.694)</u>	<u>(25.727)</u>
Total amortização acumulada		<u>(20.683)</u>	<u>(5.769)</u>	<u>(26.452)</u>
Intangível líquido		<u><u>16.537</u></u>	<u><u>(402)</u></u>	<u><u>16.135</u></u>

- (i) Em 2009, a Companhia passou a trabalhar com a disponibilização de recursos aos clientes para o uso da marca Zema Cia. Petróleo. Dessa forma, os clientes assinam um contrato de exclusividade na compra dos produtos e combustíveis Zema e a Companhia disponibiliza aos clientes bandeirados, quando for o caso, um montante para investir nos postos de combustíveis. Caso não seja respeitada a exclusividade, o cliente pode sofrer sanções. Esses recursos são amortizados pelo prazo do contrato que pode variar de 24 a 120 meses e registrados como dedução sobre venda. Anteriormente a aplicação do CPC 47, os valores totais dos contratos eram reconhecidos como intangível e foram transferidos para conta específica do ativo (nota explicativa 12) e os valores da amortização dos contratos eram reconhecidos como despesas gerais e administrativas, a nova norma deixa claro que os valores de incentivos devem ser reduzidos do total da receita auferida com os mesmos, dessa forma os valores foram reclassificados para o grupo de deduções da receita.

17 Fornecedores

	2018	2017
Petrobrás	2.050	12.609
Outros	5.088	9.523
Usinas	8.725	10.625
Partes relacionadas	<u>-</u>	<u>15</u>
	<u><u>15.863</u></u>	<u><u>32.772</u></u>

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empréstimos para capital giro	Moeda	Ano Vencimento	Encargos	2018	2017
Banco Santander	R\$	2019	CDI + 0,279% a 0,24% a.m.	7.864	14.875
Banco do Brasil (a)	R\$	2019	CDI + 0,31% a.m.	8.041	12.088
Banco ABC Brasil	R\$	2020	CDI + 0,27 % a.m	24.789	10.036
Citibank	R\$	2019	CDI + 0,29% a.m.	2.862	8.586
Banco Alfa	R\$	2019	CDI + 0,31 % a.m	11.205	8.022
Banco BBM Paulista	R\$	2022	CDI + 0,42% a 0,55% a.m.	24.779	6.566
Bradesco/HSBC	R\$	2018	CDI + 0,25% a.m.	-	5.353
Banco Paulista (b)	R\$	2018	CDI + 0,40 % a.m	-	5.347
Banco Daycoval	R\$	2018	CDI + 0,50% a 0,65% a.m.	-	5.175
FINAME					
Banco do Brasil	R\$	2023	0,21% a.m.	-	557
				79.540	76.605
Circulante				38.996	54.307
Não circulante				40.544	22.298

- (a) Na operação com o Banco do Brasil é dado como garantia 7.520 litros de combustíveis.
- (b) Na operação com o Banco Paulista é dado como garantia 40% duplicatas R\$ 2.030 e 60% é garantido por estoques 1.086 litros de combustíveis.

A movimentação dos Empréstimos é assim apresentada:

	31/12/2017	Adições	Juros provisionados	Pagamentos		Transf.	31/12/2018
				Principal	Juros		
Circulante	54.307	77.000	7.497	(69.588)	(11.974)	(18.246)	38.996
Não circulante	22.298	-	-	-	-	18.246	40.544
	76.605	77.000	7.497	(69.588)	(11.974)	-	79.540

	01/01/2017	Adições	Juros provisionados	Pagamentos		Transf.	31/12/2017
				Principal	Juros		
Circulante	39.904	53.137	10.263	(48.442)	(10.701)	10.146	54.307
Não circulante	32.444	-	-	-	-	(10.146)	22.298
	72.348	53.137	10.263	(48.442)	(10.701)	-	76.605

Em 31 de dezembro, as parcelas não circulantes dos empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano do vencimento	2018	2017
2019	-	19.018
2020	16.633	3.051
2021	16.216	110
2022	7.695	110
A partir de 2023	-	9
	40.544	22.298

a. Cláusulas restritivas (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que preveem o vencimento de forma antecipada quando não cumpridas, sendo as principais:

- Apresentar nível de endividamento bancário total superior a 2,5 vezes o EBITDA do último ano.
- Realizar distribuição de dividendos em valor superior a 30% do lucro líquido contabilizado no último exercício social.
- Se ocorrer mudança direta ou indireta no controle acionário.
- Se ocorrer atraso ou não efetuar pagamento de duas parcelas consecutivas ou de quatro parcelas alternadas de principal, juros e/ou quaisquer outros valores devidos.

A Companhia vem cumprindo tempestivamente as cláusulas contratuais em relação às obrigações acima, exceto pela mudança de direta ou indireta no controle acionário, .

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos para capital de giro e FINAME eram garantidos, principalmente, por fianças em nome do Sr. Ricardo Zema e Sr. Romeu Zema Neto, acionistas, duplicatas, por notas promissórias, bens móveis e estoques, demonstrados a seguir:

	2018	2017
Duplicatas	45.818	41.858
Notas promissórias	19.524	18.210
Estoques	-	6.000
Bens móveis	-	557
	65.342	66.625

b. Quebra de cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

A Zema Cia de Petróleo detém contrato de Debêntures simples, não conversíveis em ações no montante de R\$ 49.568, que de acordo com os termos do contrato, será pago em parcelas nos próximos 2 anos. Contudo, o contrato contém cláusulas contratuais restritivas (*covenant*) que estabelece que, a emissora não poderia alterar o seu controle acionário ou ser vendida ou qualquer outro tipo de reestruturação societária sem a prévia autorização dos debenturistas. Entretanto a Administração, através de uma assembleia realizada em dezembro de 2018, obteve um *waiver* dos debenturistas para essas cláusulas até a data do vencimento das debêntures 2020 e 2022 respectivamente, anuindo com o não cumprimento das cláusulas. Consequentemente, esse empréstimo passa a não mais estar vencido em 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, a Zema Cia de Petróleo, detém contratos de empréstimos com o Banco Santander (contratos 2702249317 e 270672414), Banco Citibank (contratos 187240 - 304975 Aditivo, 105257 - 305071 Aditivo, 189022 - 304974 Aditivo e 304966), Banco Alfa (contratos 250016246 e 250016392) e Banco do Brasil (contratos 20/00446-X e 20/00446-X) no montante de R\$ 28.796 que de acordo com os termos dos contratos, serão pagos em parcelas no próximo ano. Contudo, os contratos contém cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que estabelece que, a emissora não poderia alterar o seu controle acionário ou ser vendida ou qualquer outro tipo de reestruturação societária sem a prévia autorização dos bancos. A Administração não obteve, até 31 de dezembro de 2018 anuência formal para as respectivas cláusulas.

c. Debêntures

A Zema Cia de Petróleo assinou um contrato de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries sendo a primeira com o Banco ABC e a segunda série com Banco BBM, ambas no valor de R\$ 25.000 mil, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. O contrato de Debêntures apresenta cláusulas de vencimento antecipado que estão atrelados aos índices financeiros e não financeiros mantendo a relação dívida líquida/EBITDA inferior a 2,5 vezes, com vencimento para 22 de junho de 2022 com juros remuneratórios de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, “extra-Companhia” acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 3,00% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia está adimplente às cláusulas restritivas atreladas a índices financeiros.

A definição de “Dívida Líquida” e “EBITDA”, são as seguintes:

- Dívida líquida - soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros e não pagos, montantes a pagar decorrentes de operações de derivativos, notas promissórias, títulos emitidos no mercado internacional, registrados no passivo circulante e não circulante, diminuído pelo caixa e equivalentes de caixa, e
- EBITDA - lucro ou prejuízo líquido para um determinado período, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, acrescido de despesas de depreciação e amortização, e o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 meses.

Os recursos obtidos por meio desta Emissão, serão destinados a gestão ordinária dos negócios, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, alongamento e substituição de dívidas com tal finalidade e realização de investimentos em geral, sempre dentro do objeto social.

A remuneração será paga mensalmente a partir da data de emissão e serão devidas sempre no dia 22 de cada mês e de cada ano, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 22 de julho de 2018.

A amortização do principal, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado ou resgate antecipado facultativo, nos termos previsto na escritura, são apresentados a seguir:

Parcelas	Data amortização das debêntures	Percentual amortizado do valor nominal unitário	Valor
1ª a 7ª	2019	18,92%	9.459
8ª a 19ª	2020	32,43%	16.216
20ª a 31ª	2021	32,43%	16.216
32ª a 37ª	2022	16,22%	8.109
			50.000

19 Parcelamento de tributos

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parcelamento Refis Copa Lei nº 12.996/14	451	4.861	574	5.073
	451	4.861	574	5.073

- Refis Copa**

A Lei nº 12.996/2014 reabriu o prazo para adesão ao parcelamento, autorizando as empresas a aderir aos débitos constituídos até 31 de dezembro de 2013. Por decisão da diretoria, embasada pelo parecer de advogados externos, houve a desistência dos processos administrativos, não provisionados, em que a Receita questionava o aproveitamento de créditos de PIS e COFINS, do período de 2006 a 2008, sobre as despesas de transportes de aquisição e armazenagem dos produtos diesel e gasolina. Em 2018, o parcelamento foi atualizado e restam 107 parcelas, o valor total é de R\$ 5.312.

A movimentação e a composição do saldo devedor é como segue:

	Refis copa
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.647
<i>Adições</i>	
(+) Atualização de juros	254
(-) Amortizações	(589)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.312

20 Provisão para processos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração revisa os riscos conhecidos, que se originam do curso normal dos negócios e, respaldada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia as possibilidades de eventuais perdas, ajustando a provisão para riscos, conforme aplicável.

A movimentação dos depósitos judiciais e dessas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

a. Depósitos judiciais

Saldo em:	Tributária	Cível	Total
01 de dezembro de 2017	4.648	133	4.781
Atualização monetária	240	-	240
31 de dezembro de 2017	4.888	133	5.021
Atualização monetária	157	-	157
31 de dezembro de 2018	5.045	133	5.178

b. Provisão para processos judiciais

Saldo em:	Cível	Trabalhista	Administrativa	Total
01 de janeiro de 2017	1.964	6	38	2.008
Provisões constituídas	71	91	-	162
Provisões revertidas	(2.035)	(97)	(38)	(2.170)
31 de dezembro de 2017	-	-	-	-
Provisões constituídas	-	-	-	-
Provisões revertidas	-	-	-	-
31 de dezembro de 2018	-	-	-	-

Processos cuja há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2018, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima.

Processos cuja há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos.

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos, portanto nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às principais causas passivas são como segue:

- Processos cível e trabalhista: Existem processos em que a Companhia é ré. O montante estimado pela Administração e seus assessores legais relacionados a estes processos, os quais se encontram na esfera administrativa ou judicial é de R\$ 3.357, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.273 em 2017).

Até o ano de 2016 as provisões para contingências eram feitas com base nos valores atualizados das ações. A partir de 2017 a Companhia adotou o critério de provisão baseado nas ações já encerradas dos últimos 3 anos, considerando para efeito de provisão o percentual entre os valores das ações efetivamente pagas e os valores atualizados.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, subscrito e integralizado é representado por R\$ 120.147 (R\$ 100.155 em 2017) ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal provenientes da moeda corrente nacional. De acordo com as alterações aprovadas na Ata de Assembleia Geral Extraordinária de número 18/6353.58-7 o capital social subscrito passa a ter a composição conforme abaixo, onde o valor da subscrição (por ação) é de R\$ 1,20. Em 27 de dezembro de 2018 as 100% ações foram transferidas para Total Lubrificantes do Brasil Ltda:

Acionistas	2018		2017	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Ricardo Zema Participações Ltda.	-	-	88.196	88,06
Dalva Santos Zema Participações Ltda.	-	-	6.951	6,94
Romeu Zema Neto	-	-	2.504	2,50
César Donizete Chaves	-	-	2.504	2,50
Total Lubrificantes do Brasil Ltda.	100.155	100,00%	-	-
	<u>100.155</u>	<u>100,00%</u>	<u>100.155</u>	<u>100,00</u>

b. Reserva de reavaliação

Em 2005, a Companhia procedeu à reavaliação de veículos e terrenos de sua propriedade, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Em 2007, a Companhia procedeu à nova reavaliação de terrenos, edifícios e benfeitorias e máquinas, equipamentos e instalações de suas bases de distribuição, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes. O valor registrado no patrimônio líquido está líquido da provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 110 (R\$ 128 em 2017), que se encontram registrados no passivo não circulante. O valor registrado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 281 (R\$ 316 em 2017).

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	20.728	22.703
Constituição de reserva legal	<u>(1.036)</u>	<u>(1.135)</u>
% sobre o lucro líquido	<u>5,00%</u>	<u>5,00%</u>

Em 26 de dezembro de 2018, conforme aprovado na Assembléia Geral Extraordinária, a Companhia efetuou a capitalização de parte da reserva legal no montante de R\$ 904. Os valores registrados na reserva legal totalizaram em 2018 R\$ 3.639 (R\$ 3.507 em 2017).

d. Reserva de lucros

De acordo com o estatuto social, os lucros apurados em cada exercício após deduções legais, terão a destinação que for determinada pelos acionistas.

(i) Lucros reinvestidos

Em 26 de dezembro de 2018, conforme aprovado na Assembléia Geral Extraordinária, a Companhia efetuou a capitalização de parte da reserva de lucros no montante de R\$ 14.793 (R\$ 88.297 em 2017).

(ii) Retenção de lucros

Os valores de lucros serão reinvestidos no próximo exercício. Os valores registrados na reserva de lucros totalizaram R\$ 3.711 (R\$ 19.384 em 2017).

(iii) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Companhias por Ações, para pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas. Em 06 de dezembro de 2018, houve distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 4.923, referentes ao exercício de 2018, dos quais R\$ 4.295, foram integralizados no capital. Em 10 de setembro de 2018 e 06 de dezembro de 2018, conforme aprovado na Assembléia Geral Extraordinária, houve distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 15.684 referentes ao exercício de 2018, que foram pagos dentro do próprio exercício.

A destinação dos lucros apurados é como segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	20.728	22.703
Constituição de reserva legal	(1.036)	(1.135)
Base de cálculo dos dividendos	19.692	21.568
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	4.923	5.391
(-) Dividendos integralizados ao capital	(4.295)	-
(-) Dividendos intermediários pagos no exercício	-	(1.417)
Dividendos a distribuir (Passivo)	628	3.974

22 Receita operacional líquida

Em 2018 com a implementação do CPC 47 os serviços de transporte foram segregados da receita da mercadoria e estão representado conforme tabela abaixo:

	2018	2017
Gasolina C	1.071.798	1.037.986
Óleo diesel	1.064.035	1.008.552
Etanol hidratado	517.291	387.166
Gasolina aditivada	130.825	131.437
Outros produtos	379	45
Serviços Prestados	16.336	-
Total receita bruta	2.800.664	2.565.186
Impostos sobre venda	(117.456)	(73.531)
Amortização bonificações antecipadas (i)	(6.060)	-
Receita operacional	2.677.148	2.491.655
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber (i)	(383)	-
Receita operacional líquida	2.676.765	2.491.655

(i) Valores reclassificados devido a implementação do CPC 47 e CPC 48, os montantes são referentes a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de R\$ 383 e amortização das bonificações antecipadas no valor R\$ 6.060.

23 Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e natureza:

	2018	2017
Despesas por função		
Custo das mercadorias vendidas	(2.589.471)	(2.392.852)
Custo dos serviços prestados	(16.309)	-
Despesas com vendas	(6.087)	(27.797)
Despesas gerais e administrativas	(24.923)	(29.810)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(5.222)	(1.395)
	(2.642.012)	(2.451.854)

Despesas por natureza	2018	2017
Insumos	(2.552.244)	(2.346.112)
Frete	(44.112)	(56.567)
Despesas com pessoal	(14.082)	(16.158)
ICMS repasse entre filiais	(5.778)	(11.893)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(5.222)	(1.395)
Aluguéis e condomínios	(4.461)	(3.696)
Armazenagem	(3.239)	(3.295)
Depreciação e amortização	(3.596)	(8.779)
Serviços de terceiros	(4.534)	(3.019)
Despesas tributárias	(2.219)	(2.761)
Material de uso e consumo	(245)	(233)
Outras receitas/despesas, líquidas	(2.280)	2.054
	<u>(2.642.012)</u>	<u>(2.451.854)</u>

24 Resultado financeiro líquido

Despesas financeiras	2018	2017
Juros	(7.361)	(10.263)
Comissões e tarifas bancárias	(565)	(892)
Imposto sobre operações financeiras ("IOF")	(352)	(852)
Descontos concedidos a clientes	(55)	(11)
Outras despesas financeiras	(920)	(692)
	<u>(9.253)</u>	<u>(12.710)</u>
 Receitas financeiras		
Juros recebidos de clientes	3.746	3.035
Juros recebidos de Companhias ligadas	1.131	2.830
Rendimentos de aplicações financeiras	434	161
Outras receitas financeiras	623	828
	<u>5.934</u>	<u>6.854</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(3.319)</u></u>	<u><u>(5.856)</u></u>

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito na nota explicativa 5. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos.

a. Classificação contábil e valores justos

A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	2018	2017
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	24.226	9.917
Contas a receber	78.470	85.970
Adiantamento a fornecedores	32.369	23.794
Mútuos a receber	1.774	14.636
Créditos diversos	2.929	1.479
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	79.540	76.605
Fornecedores	15.863	32.772
Mútuos a pagar	-	7.036
Adiantamento de Clientes	170	1.223
Outras obrigações	2.785	3.109

A Administração entende que os ativos financeiros e os instrumentos financeiros demonstrados acima são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis e são apresentados em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às das demonstrações financeiras.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuos, adiantamento a fornecedores e créditos diversos: são classificados e mensurados pelo custo amortizado.

Passivos financeiros

Fornecedores e outros passivos são classificados como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Existem empréstimos captados de instituição financeira às taxas mencionadas na nota explicativa nº 15. São classificados como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

(i) Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos.

Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente a sua política de vendas e de aplicações financeiras, que inclui a análise das instituições depositárias, seleção de clientes mediante a análise de crédito e histórico de relacionamento, de forma a minimizar os riscos de inadimplência.

	2018	2017
Ativos financeiros		
<i>Custo amortizado</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	24.226	9.917
Contas a receber	78.470	85.970
Adiantamento a fornecedores	32.369	23.794
Mútuos a receber	1.774	14.636
Créditos diversos	2.929	1.479

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	2018	2017
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber decorrentes de contratos com clientes	(5.605)	(1.395)

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

A Companhia adota um modelo de crédito considerando variáveis comportamentais internas e externas do cliente. Há atribuição de riscos distintos para os diversos perfis de clientes que envolvem diversas variáveis e pesos como: região geográfica, perfil comportamental de pagamentos, informações restritivas de mercado e comportamento dos sócios. O perfil de risco da carteira é extremamente pulverizado e baixa concentração de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados anualmente. As vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação conforme política de alçadas estabelecida. A Companhia possui uma carteira de recebíveis na qual 85% dos clientes transacionam em média a mais de 4 anos, sendo que esses clientes não apresentaram riscos de recuperação judicial ou perdas no encerramento do exercício. A Companhia monitora mensalmente o risco de crédito, e os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoas físicas e jurídicas, atividades, localização, histórico e existência de dificuldades financeiras em períodos anteriores.

A Companhia exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis, principalmente de clientes bandeirados e eventualmente de clientes bandeira branca, para clientes bandeirados é formalizado o contrato de fidelização. A Companhia não tem contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida em razão da garantia.

A análise da exposição da Companhia ao risco de crédito de contas a receber de clientes por faixa de vencimento está apresentada na nota explicativa nº 9.

Informações comparativas nos termos do CPC 38

O contas a receber de clientes reduzido ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017 tinha um valor contábil bruto de R\$ 85.970. A provisão para perda por redução ao valor recuperável registrada em 31 de dezembro de 2017 era relacionada a diversos clientes títulos vencidos há mais de 90 dias.

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2018

A Companhia aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ele considera serem capazes de prever o risco de perda (classificações externas) e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplimento, sendo consistentes com as definições de classificação de crédito externas de agências como Serasa Experian.

O risco de crédito é calculado por meio do uso do método de *rating* (variáveis comportamentais internas e externas do cliente) e baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos cinco anos.

As informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por faixa de vencimento, bem como a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável estão apresentadas na nota explicativa nº 9.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 24.226 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 9.917 em 2017). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

(ii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iii) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados à variação por apreciação de taxas de juros em função, principalmente, de empréstimos vinculados à variação do CDI.

Análise de sensibilidade do risco da taxa de juros

Os empréstimos são atrelados à taxa de juros pós-fixada do CDI. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou a taxa vigente em datas próximas a da apresentação das referidas demonstrações financeiras, utilizando a Selic acumulada em decorrência da proximidade do CDI, na projeção do cenário I (provável), para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%. Para analisar o efeito líquido no resultado foi usado a taxa de 34% em consequência das alíquotas adotadas no cálculo do imposto de renda e contribuição social.

Dessa forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses:

	<u>Exposição</u>	<u>Cenário I</u>		<u>Cenário II</u>		<u>Cenário III</u>	
	R\$	Taxa	R\$ Ganho (perda)	Taxa	R\$ Ganho (perda)	Taxa	R\$ Ganho (perda)
2018							
Passivos							
Empréstimos - CDI (100%)	29.973	6,42%	(1.924)	8,03%	(2.407)	12,04%	(3.609)
Empréstimos - Debentures	49.567	9,42%	(4.669)	11,78%	(5.839)	17,66%	(8.754)
Efeito líquido no resultado	-	-	(2.242)	-	(2.804)	-	(4.203)

	<u>Exposição</u>	<u>Cenário I</u>		<u>Cenário II</u>		<u>Cenário III</u>	
	R\$	Taxa	R\$ Ganho (perda)	Taxa	R\$ Ganho (perda)	Taxa	R\$ Ganho (perda)
2017							
Passivos							
Empréstimos - CDI (100%)	76.605	9,93%	(7.607)	12,41%	(9.507)	18,62%	(14.264)
Efeito líquido no resultado	-	-	(2.586)	-	(3.232)	-	(4.850)

(iv) Concentração de fornecedor

Como a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) é a principal fornecedora de combustíveis derivados de petróleo no mercado interno, as vendas de combustíveis podem sofrer um impacto adverso caso ocorra uma interrupção significativa no fornecimento por parte desse fornecedor que afetará imediatamente a habilidade da Companhia em fornecer combustível para seus clientes.

(v) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos, em função dos diferentes prazos de realização e liquidação de seus direitos e obrigações em diferentes moedas. A Companhia estrutura os vencimentos dos seus empréstimos e financiamentos conforme demonstrado na nota explicativa nº 18. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A tabela abaixo contempla os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de compensação, elaboradas com base na data mais próxima em que a respectiva obrigação será quitada.

Risco de liquidez - Vencimentos contratuais				
2018	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1-12 meses	2-9 anos
<i>Outros passivos financeiros</i>				
Fornecedores	15.863	15.863	15.863	-
Empréstimos e financiamentos	79.540	79.540	38.996	40.544
Adiantamentos a clientes	170	170	170	-
Outras obrigações	2.785	2.785	2.745	40
Total de vencimentos contratuais	98.358	98.358	57.774	40.584

Risco de liquidez - Vencimentos contratuais				
2017	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1-12 meses	2-9 anos
<i>Passivos financeiros não derivativos</i>				
Fornecedores	32.772	32.772	32.772	-
Empréstimos e financiamentos	76.605	76.605	54.307	22.298
Mútuos a pagar	7.036	7.036	7.036	-
Adiantamentos a clientes	1.223	1.223	1.223	-
Outras obrigações	3.109	3.109	3.109	-
Total de vencimentos contratuais	120.745	120.745	98.447	22.298

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, bem como não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Valores estimados de mercado

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018:

Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Contas a receber - decorrem diretamente das operações e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

Mútuos - são contabilizados pelo seu valor original acrescidos juros definidos pela taxa média dos empréstimos bancários.

Empréstimos e financiamentos (em moeda nacional) - são mensurados ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

Adiantamento de clientes - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período.

Para determinação do valor justo de empréstimos e financiamentos, conforme abaixo, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI no final do período de relatório.

Segue o valor justo e contábil dos instrumentos financeiros:

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	24.226	24.226	9.917	9.917
Contas a receber	78.470	78.470	85.970	85.970
Adiantamento a fornecedores	32.369	32.369	23.794	23.794
Mútuos a receber	1.774	1.619	14.636	12.309
Créditos diversos	2.930	2.930	1.479	1.479
	139.769	139.614	135.796	133.469
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	79.540	73.030	76.605	72.685
Fornecedores	15.863	15.863	32.772	32.772
Mútuos a pagar	-	-	7.036	5.918
Adiantamento de clientes	170	170	1.223	1.223
Outras obrigações	2.785	2.785	3.109	3.109
	98.358	91.848	120.745	115.707

26 Informações por segmento

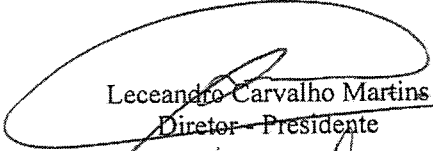
A Companhia apresenta suas demonstrações considerando somente um segmento operacional, o segmento ABC, que representa a receita total da Companhia, uma vez que a natureza das comercializações de produtos, serviços, categoria de clientes, formas de distribuição, comercialização e outros aspectos são os mesmos para todas as mercadorias e serviços comercializados. Adicionalmente, não há utilização de informações por segmento para tomadas de decisões estratégicas. A Administração e a Diretoria da Companhia avaliam a performance e alocam os recursos necessários de forma consolidada.

27 Cobertura de seguros

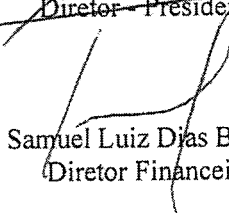
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2018, o valor por evento de cada cobertura é como segue:

Tipo de cobertura	R\$
Frota leve e pesada	2.632
Danos ambientais	2.000
Roubo de carga	700

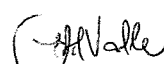
* * *



Leceandro Carvalho Martins
Diretor - Presidente



Samuel Luiz Dias Borges
Diretor Financeiro



Eni Cristina de Almeida Valle
Contadora - CRC MG 093799/O-9